



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FAE
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NA
ZONA RURAL**

Eliane do Amparo Dias Braga

BELO HORIZONTE, 2013

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FAE
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NA
ZONA RURAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Gestores, vinculada a Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

Orientação: Wanderléa Mendes Guedes

BELO HORIZONTE, 2013

FOLHA DE APROVAÇÃO

Eliane Dias do Amparo

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NA ZONA RURAL

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso apresentado e aprovado por Banca Examinadora em de outubro de 2013 conferindo à autora, o título de Especialista em Gestão Escolar.

Banca examinadora:

Professor Avaliador

Professora Wanderléa Mendes Guedes
(Orientadora)

Eliane Dias do Amparo

Belo Horizonte, de outubro de 2013

RESUMO

O presente trabalho foi construído a partir das demandas referente ao atendimento educacional especializado da zona rural em função das dificuldades identificadas na construção do Projeto Político Pedagógico. Tendo como objetivo propor ações que promova uma educação que atenda todos(as) os(as) educandos com necessidades especiais com qualidade, o Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Maria da Conceição Ataíde foi reelaborado buscando a participação de toda comunidade escolar neste sentido.

Palavras-chave: Política Pública, Educação Inclusiva, Atendimento Educacional Especializado.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	06
1. ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NA ZONA RURAL.....	07
1.1. ATENDIMENTO NAS SALAS DE RECURSO DA ZONA RURAL.....	08
1.2. .PROJETO POLITICO PEDAGÓGICO DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NA ZONA RURAL – AEE	09
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	11
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	12
ANEXO Projeto Político Pedagógico.....	13

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como fundamento o Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Maria da Conceição Ataíde, que antes da sua reelaboração não apresentava a organização do atendimento especializado para alunos(as) com necessidades especiais. Foi baseado na Lei De Diretrizes e Bases da Educação Nacional nas orientações curriculares nacionais, nas diretrizes operacionais para escolas do campo e nas demais normas vigentes aprovadas pelo Conselho Municipal de Educação do Município.

Considerando o educando como pessoa, que aprende na vida social e no espaço escolar, que tem potencialidade e necessidade de interagir e de refletir sobre a diversidade do conhecimento humano, faz-se necessário oferecer métodos de ensino com conhecimentos organizados partindo dos domínios prévios dos alunos e da sua realidade social no qual está inserido.

De acordo com Ribeiro (2009 p.50)

(...)tentamos resgatar que a educação já carrega em si, ou deveria carregar uma característica essencial de ser especial para todos os que nela estão, todos os sujeitos sociais que são diferentes não por serem alguns menos capazes que outros, mas por possuírem potencialidades diferentes e únicas.

Assim, oferecer uma educação inclusiva requer uma organização de espaço adequado, profissionais capacitados e treinados, um currículo que tenha metodologias para as diversificadas. Ao reelaborar o Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Maria da Conceição Ataíde verificou-se que a escola apresenta um número significativo de alunos(as) com necessidades especiais e que a escola precisava adequar-se a isto.

Então este trabalho tem por objetivo analisar o problema da referida escola o seu PPP a apresentar o que a escola oferece e propostas capazes de melhorar o atendimento dos(as) alunos(as) respeitando a sua diversidade.

1. ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NA ZONA RURAL

1.1. ATENDIMENTO NAS SALAS DE RECURSO DA ZONA RURAL

O Decreto n. 6.571/08 e a Resolução n. 04/2009 foram criados regulamentando o atendimento na Sala de Recurso Multifuncional - SRM, objetivando viabilizar a inclusão educacional dos alunos matriculados na escola comum, oferecendo um espaço que se utiliza de recursos pedagógicos e tecnologia de acessibilidade denominado Atendimento Educacional Especializado (AEE). Os(as) alunos(as) matriculados que estudam na sala de aula comum e, que apresentarem necessidades educacionais especiais, serão atendidos na sala de recurso multifuncional ou, em escola próxima, quando a que o aluno está matriculado não possui este atendimento.

Para atendimento na Sala de Recurso Multifuncional é necessário um(a) educador(a) que tenha perfil para este atendimento, interesse e disponibilidade para capacitação que é oferecido pela Secretaria Municipal de Educação de Coronel Fabriciano. Assim através de um diálogo entre os profissionais da Educação da escola foi escolhido uma professora para assumir tal papel.

A Escola Municipal Maria da Conceição Ataíde ,tem em seu quadro, uma quantidade significativa de alunos que apresentam algum tipo de dificuldade, seja por alguma deficiência ou distúrbio psicossocial e que em alguns casos já foram diagnosticados como sendo casos para o atendimento clínico especializado. Percebe-se que a falta de preparo dos pais e parentes para lidarem com a situação, contribui em muito para que a válvula de escape acabe sendo a escola que por sua vez se vê muitas vezes, despreparada diante da grande demanda que vem se apresentando.

Dessa forma ao reelaborar o PPP os atendimentos dos alunos da Escola Municipal Maria da Conceição Ataíde, localizada na zona rural, foram organizados em grupos e individualmente, conforme as necessidades e possibilidades.

Torna-se claro que a família é a célula que ocupa o primeiro lugar na formação do homem, formação educacional, pois é dela que parte tanto o incentivo como o ao aluno na escola e para a escola

(...) é necessário que escola e família sejam grandes parceiras no acompanhamento a crianças e jovens com deficiência a fim de que se garanta uma inclusão pautada em direitos e oportunidades educativas e formadoras. (MANTOAN).

A escola criou espaços para conversar com alguns pais, professores e coordenadores sobre o atendimento, a realidade de alunos, a dificuldade de pais e professores e ou a necessidade da escola, visando assim fortalecer os laços de compromisso e , sobretudo de parceria entre ESCOLA X FAMÍLIA X ALUNOS. A partir desses atendimentos a equipe da escola (Escola Municipal Maria da Conceição Ataíde) pode conhecer melhor os (as) alunos (as) e assim, realizar uma triagem visando uma compreensão dos motivos que os trouxeram ao para posterior encaminhamento e ou intervenção.

Nesse processo, Sampaio (2000, p.63) define:

Será preciso considerar os avanços que os alunos já conquistaram e também criar nexos entre sua bagagem cultural e os novos saberes, para que, partindo daquilo que apresentam de avanços e dificuldades na aprendizagem, atinjam novos patamares de aproveitamento escolar. Reconstituindo-se o processo de aprendizagem desses alunos, instala-se a confiança na capacidade de superar problemas escolares, o que será instrumento precioso para promover sua autoestima, seguidamente rebaixada no percurso anterior. Sua aprendizagem efetiva será também o parâmetro para que o professor possa, por meio da avaliação, dosar e organizar a seqüência do ensino, sabendo como ajudar, para onde ir e aonde chegar, a fim de que todos possam prosseguir com segurança em seu retorno às classes comuns

Na Sala de Recurso Multifuncional, o Atendimento Educacional Especializado apresenta os seguintes dados: deficiência intelectual e deficiência de aprendizagem . Nesse contexto a professora responsável pela sala desenvolve atividades considerando as necessidades dos alunos por meio do respeito à individualidade, com funções próprias do atendimento especial e específicas para sua atuação, pois as mudanças são significativas na perspectiva do atendimento escolar quando se percebe o aluno com deficiência como sujeito ativo e construtor de conhecimento.

1.2. PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO ESCOLA MUNICIPAL MARIA DA CONCEIÇÃO ATAÍDE E O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

Sendo a missão do Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Maria da Conceição Ataíde oferecer um ensino de excelência, respeitando a dinâmica social e cultural da comunidade do campo. Assim a escola tenta oferecer uma educação com inovações, resgatando as relações com as famílias, reafirmando a proteção a infância e a adolescência, sobretudo preparando-os para serem agentes de sua própria cultura e história.

O Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Maria da Conceição foi construído com a participação de toda a comunidade escolar onde foi proporcionado espaços de discussões e levantamento de todas as demandas da escola. Dentre as necessidades verificou-se a importância na oferta de uma educação que irá atender a um número significativo de crianças, adolescentes e jovens com necessidades especiais da comunidade rural no qual a escola se localiza.

Uma das questões apresentadas como necessárias é que o acolhimento dos(as) alunos(as), precisa ser valorizado mantendo uma relação de respeito e confiança com o professor, identificando as habilidades e necessidades educacionais específicas dos alunos contemplando a avaliação inicial dos conhecimentos dos alunos. E manter uma parceria dos professoras das salas regulas e da sala de recurso.

Esta parceria dos professores da sala de aula comum e sala de recurso para a discussão dos conteúdos curriculares, objetiva a coerência entre o planejamento das aulas e do AEE, e deve estar explícito no PPP, pois este planejamento propicia uma organização didática bem estruturada que contribuirá para o desenvolvimento pleno dos(as) alunos(as), buscando sempre a sua autonomia através da compreensão dos conceitos, estabelecendo relações de sua vivência acerca dos temas desenvolvidos

Dentre as metodologias são importantes os recursos visuais, portanto, as salas de recursos multifuncionais devem ter muitos materiais visuais organizados em murais,

livros, painéis, fotos sobre os conteúdos e outros. A produção desses recursos de vê ser prioritariamente dos(as) alunos com a mediação da professora para uma melhor compreensão dos conteúdos curriculares, enriquecendo a aula e tornando-a mais atraente e representativa.

Segundo Mazzota,

(...) a Educação especial é definida como a modalidade de ensino que se caracteriza por um conjunto de recursos e serviços especiais organizados para apoiar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação formal dos educando que apresentem necessidades educacionais muito diferentes da maioria das crianças e jovens. (MAZZOTTA, 1996, p.11)

Um outro aspecto garantido no PPP da Escola Municipal Maria da Conceição Ataíde é o trabalho com projetos, sendo um dos instrumentos utilizados que permite a construção coletiva do conhecimento. Por acreditar numa ação educativa comprometida em atender a todos os alunos, sem distinção, desenvolve-se na escola, um trabalho voltado para a inclusão e vem sendo elaborada a partir de um estudo das características desse meio. Embora mais difíceis de serem concretizadas, elas não são utópicas e demandam inúmeras ações

E para que a escola, realmente, alcance os seus objetivos, é de fundamental importância que a construção e o acompanhamento do PPP estejam alicerçados em uma administração participativa, coletiva, em que as decisões sejam democratizadas e que o seu processo de avaliação e revisão seja uma prática coletiva constante, como oportunidade de reflexão para mudanças de direção e caminhos.

Entende-se que uma vez formulado e conhecido o problema a própria escola possui as suas forças transformadoras, os seus agentes sociais, econômicos, políticos que podem impulsioná-la para uma gestão eficiente e eficaz, alcançando os seus objetivos especificamente pedagógicos/educacionais de forma significativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho é apenas o início de um processo de pesquisa que busca estudar o atendimento educacional especializado – AEE, as condições para uma educação inclusiva, integradora e não discriminante com a participação de todos envolvidos no processo educacional. Sabemos que o objetivo maior é lutar por essa mudança importante ocorrida no Brasil com a elaboração da LDBEN 9394/96 que abre espaço em seu artigo 4º inciso III para *“atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino”* (LDB 9394/96, artigo 4º inciso III).

Realmente o atendimento educacional especializado - AEE nas escolas municipais e principalmente na Escola Municipal Maria da Conceição Ataíde, nos fazem refletir as condições dos(as) alunos (as) que ingressam na escola e logo a abandonam , pois precisam encontrar um ambiente proporcionado de uma aprendizagem e interação social significativa, e mudanças da escola quanto a estrutura metodológica, avaliativa e curricular, demonstrando na prática, no cotidiano, ações que verdadeiramente incluam os alunos (as) com necessidades especiais.

“Assim a educação nunca deixará de ser especial. Pelo contrário, ela o será, para todos. E o mundo também será especial, quando olhar com dignidade e respeito para a especificidade de cada um”. (Ribeiro,p.50, 2009).

REFERÊNCIA

MAZZOTTA, Marcos José Silveira. Educação Especial no Brasil: História e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 1996.

RIBEIRO, Maria Luisa Sprovieri. Perspectivas da Escola Inclusiva: algumas reflexões. IN:

_____ & BAUMEL, Roseli Cecília Rocha de Carvalho (orgs.) Educação Especial: do querer ao fazer. São Paulo: Avercamp, 2003, p. 4151.

REGIMENTOESCOLAR da Escola Maria da Conceição Ataíde, Coronel Fabriciano - MG, 2011.

CORONEL FABRICIANO. **Projeto Político Pedagógico**. Coronel Fabriciano: Escola Municipal Maria da Conceição Ataíde

LDBEN - LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL - **LDBEN**
LEI Nº 9.394

ANEXO



ESCOLA MUNICIPAL MARIA DA CONCEIÇÃO ATAÍDE

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

**ELIANE DO AMPARO DIAS BRAGA
LUDOVINA DRUMMOND LAGE
MARIA GORETI RIBEIRO**

Belo Horizonte, 2013

ESCOLA MUNICIPAL MARIA DA CONCEIÇÃO ATAÍDE

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação do (a) Professor (a) Wanderléa Mendes Guedes do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Belo Horizonte, 2013

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	4
1. FINALIDADES DA ESCOLA	7
2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	9
2.1. Estrutura Organizacional Administrativa	9
2.2. Estrutura Organizacional Pedagógica.....	12
2.2.1. Educação Integral em Tempo Integral.....	14
2.2.2. Atendimento Educacional Especializado.....	14
3. CURRÍCULO.....	15
4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES	18
5. PROCESSOS DE DECISÃO	23
6. RELAÇÕES DE TRABALHO	25
7. AVALIAÇÃO	27
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	29
REFERÊNCIAS	30
ANEXOS.....	32

INTRODUÇÃO

“Ao homem virtuoso é dado conhecer o bem e o belo. A busca da virtude deve prosseguir pela vida inteira – portanto, a educação não pode se restringir aos anos da juventude. Educar é tão importante para uma ordem política baseada na justiça, que deve ser tarefa de toda a sociedade.”

(Platão)

A Escola Municipal Maria da Conceição Ataíde (EMMCA) esta situada à Rua João Martins Carneiro, 430, São José dos Cocais, CEP: 35170-000 - telefone: (31) 91283204, E-mail: emconceicaoataide@fabriciano.mg.gov.br e seu CNPJ é 03.177.634/000. Sua área de localização integra vários povoados na zona rural do município de Coronel Fabriciano – MG com a distância de 24 km da zona urbana e é considerada a área mais acidentada e se eleva à 1260 metros. Seu ato de criação e instalação está registrado na Lei Municipal Nº 35/49 e a autorização de funcionamento é de Nº 319/79 DE 11/06/79 de 27 de maio de 2008.

Atende atualmente a trezentos e doze alunos, na faixa etária de três a dezesseis anos, nas modalidades da Educação Infantil, com duas (02) turmas, Ensino Fundamental de nove anos, onze (11) turmas e Educação Integral em Tempo Integral, com duzentos e trinta e um alunos (231). Oferece também o AEE - Atendimento Educacional Especializado em turnos alternados com a sala de recursos a vinte alunos que apresentam algum tipo de dificuldade, seja por alguma deficiência ou distúrbio psicossocial. Os horários de funcionamento/turnos são os seguintes:

- 7h as 11h15m - 6º ao 9º Ano das Séries finais

- 12h15m as 16h30m - Educação Infantil (4 e 5 anos) e 1º ao 5º ano das Séries Iniciais e o Programa Educação Integral em Tempo Integral/Mais Educação: 7h as 15h15m. Atualmente conta em seu quadro com quarenta e quatro (44) funcionários assim distribuídos: Diretor: 01, Vice-Diretor: 01, Coordenador Pedagógico: 02, Educador Infantil: 03, Docente: 18, Secretária Escolar: 01, Auxiliar Técnico Escolar: 03, Auxiliar Serviços Escolares: 09, Vigilante: 03, Motorista: 03.

A EMMCA, a exemplo das demais escolas rurais do país, passou a ser reconhecida pela utilização da expressão “escola do campo” como figura jurídica e legalmente reconhecida, demarcando, portanto, uma diferença em relação à expressão escola rural. A Resolução CNE/CEB nº 1 de 3 de abril de 2002, expedida pelo Conselho Nacional de Educação, estabeleceu as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo, que configurou, para a população rural, como avanço e vitória na construção de um modelo novo de desenvolvimento. O diagnóstico aqui apresentado se deu mediante a Pesquisa Censitária Diagnóstica, por amostragem e realizada através de questionário escrito (arquivo da escola- maio/2012), onde buscou-se evidenciar as características da clientela atendida em seus vários aspectos.

De acordo com a pesquisa 62% dos pais se declararam trabalhadores do campo, denominando-se agricultores, lavradores e/ou trabalhador rural. Outra profissão que aparece na pesquisa é a de pedreiro e/ou ajudante, sendo que esta se apresenta numa menor escala. Aliados aos dados sobre “profissão dos pais”, nível de escolaridade dos pais, renda familiar e localidade residencial, é possível inferir que a economia local, movimentada pelo trabalho agropecuário, está vinculado a pouca (e/ou

inexistência) escolaridade dos pais - 30% se declararam analfabetos e 55% declararam ter apenas o Ensino Fundamental incompleto. Estes trabalhadores, em sua maioria são empregados informais nas propriedades vizinhas, ou arrendadores. Em relação à renda mensal, 82% declararam viver com até 1 (um) salário mínimo.

O transporte escolar dos alunos é diário e gratuito e se converte, principalmente em se tratando de localidade rural, num importante instrumento de acesso à educação e inclusão social. É ofertado pela Secretaria Municipal de Educação, por intermédio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e do Programa “A caminho da Escola” e nos locais de mais difícil acesso, o transporte é feito por 03 (três) veículos terceirizados. Ao todo são transportados para a escola diariamente, duzentos e sessenta e quatro (264) alunos.

Atualmente 51,3% das famílias dos alunos são beneficiárias do Programa Social Bolsa Família que visa a inclusão social dessa faixa da população brasileira, por meio da transferência de renda e da garantia de acesso a serviços essenciais. Apesar de algumas famílias apresentarem uma condição econômica precária, o mesmo não ocorre quanto à identidade cultural e ao sentimento de pertença, pois a comunidade é rica em manifestações culturais, podendo ser considerada como a comunidade culturalmente mais expressiva do município, com destaque para a Marujeiros que é considerado uma das manifestações culturais mais relevantes do Vale do Aço. Faz parte do Circuito Turístico da Mata Atlântica de Minas e possui atualmente mais de 50 (cinquenta) membros, entre crianças, jovens e idosos. Sua origem é contada de pai para filho como forma de perpetuar a riqueza cultural ali existente.

Importante ressaltar que é significativo o número de famílias cujos pais são parentes entre si, confirmando assim, alguns casos de deficiência intelectual constatados na comunidade bem como caracterizando a necessidade de atendimentos e inclusão na Sala de Recursos. O Projeto Político Pedagógico da EMMCA está fundamentado na LDBEN, nas orientações curriculares nacionais, nas diretrizes operacionais para escolas do campo e nas demais normas vigentes aprovadas pelo Conselho Municipal de Educação do Município.

1 - FINALIDADES DA EDUCAÇÃO

O advento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei 9394/96, lançou luz a construção de novos caminhos na consolidação de uma escola que obrigue a um novo pensar e a uma reflexão contínua de todos que estão envolvidos neste processo. Que escola queremos construir? Que conhecimentos nossos alunos/as precisarão ter para de fato, exercer a sua cidadania nesta sociedade de conflitos tão diversos e presentes no espaço escolar, nas relações pessoais, no confronto das idéias, e também no surgimento de novas concepções e da necessidade do diálogo entre os sujeitos aprendentes (comunidade escolar).

Atualmente, os alunos de escolas do campo querem ter acesso a mais informações e conhecimento, querem aprender técnicas de sustentabilidade inovadoras ao mesmo tempo que discutem a globalização e utilizam as Tecnologias da Informação (TICs) “O grande desafio é levar em conta as especificidades do campo em confinar ou limitar o universo dos alunos”. (Antônio Muunarim - Nova Escola – 185-87. Daí a importância do projeto pedagógico estar pautado nos princípios de uma educação integral, aliando aspectos tecnológicos, manuais, culturais, políticos e emocionais e os saberes populares, entre escola e a vida (PISTRAK, 2002) e a capacitação permanente dos educadores é fundamental para a implementação de um currículo que atenda as reais situações de nossa clientela.

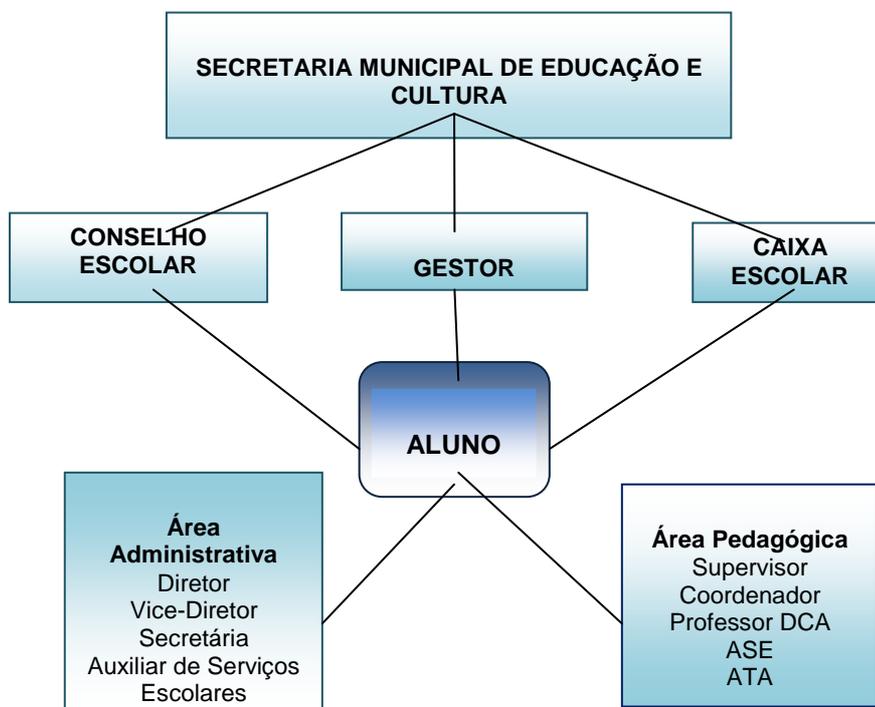
MISSÃO

Oferecer um ensino de excelência, respeitando a dinâmica social e cultural da comunidade do campo, possibilitando a formação de cidadãos responsáveis, críticos e solidários, oportunizando inovações e respeitando as diferenças, resgatando as relações com as famílias, reafirmando a proteção a infância e a adolescência, sobretudo preparando-os para serem agentes de sua própria cultura e história.

OBJETIVOS

- Estimular no aluno a formação de uma consciência crítica e ecológica;
- Buscar assegurar aos educandos com necessidades educativas especiais, a acessibilidade, recursos educativos mínimos, avaliação e organização de forma a atender as suas necessidades.
- Fornecer ao aluno uma cultura básica de qualidade e uma formação humanística que valorize a ética, a solidariedade, os direitos e deveres e o amor ao próximo além de se desenvolver de forma equilibrada e harmoniosa do ponto de vista intelectual, emocional, social, física e moral.
- Propiciar uma real integração entre família, escola e comunidade.

2 - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL



2.1 - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL ADMINISTRATIVA

Rede Física: Equipamentos e Mobiliários e Recursos Didáticos

Local	Equipamentos e mobiliários e recursos didáticos
Diretoria	mesas, cadeiras, armários, arquivos, computador, impressoras,
Secretaria	mesas, cadeiras, armários, arquivos, computador, impressora, telefone
Sala dos Professores e Coordenação Pedagógica	Escaninhos, armários, mesas, cadeiras, computadores, quadro branco, bancada, geladeira e cortina.
Biblioteca	Armários, vasto acervo literário, televisão, vídeo, DVDs, mapas, globo Terrestre, atlas, mesas e cadeiras e cortinas.
Laboratório de Informática	Computadores, mesas, cadeiras, ventilador, ar condicionado e cortinas.
Laboratório de Mesa Alfabeto	5 mesas alfabeto, cadeiras, ar condicionado, armário, quadro para giz e cortinas.
Refeitório	Mesas, bancos, self-service.
Cantina	Fogão, forno a gás, batedeira industrial, bancadas, pias, utensílios de cozinha, freezer e geladeiras.
Dispensa	Freezer, prateleiras e armários.
Depósito de material de limpeza/ área externa	Tanque e armário
Salas de aula-Educação Infantil e Ens.	Conjuntos de mesas e cadeiras para os alunos, mesa e cadeira para o professor, armário, quadro, ventiladores e

Fundamental	cortinas.
Sala de Recursos/ Almoxarifado	Computadores, scanner e impressora, mesas e cadeiras, mesa sextavada, cortinas, quadro para giz, armário e prateleiras
Galpão para atividades da Educação Integral	Mesas, cadeiras, armários e bebedouro

Dependências Escolares e Condições de Uso

Dependências	Quantidade	Condições de utilização*		Observação
		Adequada	Inadequada	
Diretoria	01	01		--
Secretaria	01	01		--
Sala de professores/ Coordenação Pedagógica	01	-	X	espaço limitado para o professor
Biblioteca	01	01		--
Sala de Recursos	01	--	01	--
Salas de informática	02	02	02	--
Sala de aula	07	07	--	--
Almoxarifado	01	--	X	espaço adaptado e localização inadequada
Depósito material limpeza	01	--	X	
Dispensa	01	01	--	--
Refeitório	01	X	--	--
Parquinho	01	X	--	--
Quadra de esportes coberta e telada	01	X	--	--
Circulações internas	03	03	--	--
Espaço externo que acondiciona material de Educação Física	01	--	X	Banheiros externos adaptados
Cozinha	01	X	--	--
Área de serviço	01	--	X	Sem cobertura.
Sanitário dos funcionários	01	--	X	Necessário 02 banheiros

Sanitário dos alunos	08	08	--	--
Sanitário dos portadores necessidades especiais	01	X	--	--
Espaço/Sala para Materiais Esportivos e Pedagógicos	01	--	X	Espaço limitado à necessidade apresentada

2.2 - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL PEDAGÓGICA

Os princípios que servem de modelo para o trabalho pedagógico desenvolvido na EMMCA estão de acordo com os princípios de Democracia da Constituição Federal em seu artigo 206, bem como os Princípios determinados pela atual LDBEN em seu artigo 205, nos cadernos 1, 2 e 3 da Educação da Infância e as diretrizes educacionais advindas da adesão do município às metas o “Todos pela Educação”, que embasam a proposta pedagógica da rede municipal. A escola, conta em seu quadro com educadores habilitados a atuarem em suas respectivas áreas, conforme Plano de Carreira do município e busca sustentar seu lugar na sociedade reafirmando os valores éticos, morais, culturais, políticos e sociais.

Quanto à organização de seu currículo enquanto escola de zona rural, as diretrizes operacionais para a educação do campo, estabelece como um dos elementos fundamentais que a organização das escolas deverá ocorrer mediante a apresentação de propostas pedagógicas, elaboradas no âmbito da autonomia das instituições de ensino contemplando a diversidade do campo em todos os seus aspectos (sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia), e a flexibilização dos tempos e espaços escolares assegurando, por exemplo, a fixação de calendário escolar que considere a configuração de ano letivo independente de ano civil e que atenda às especificidades locais, principalmente no que tange ao período de chuvas, de plantio e colheita.

As diretrizes apontam portanto, para a possibilidade de construção de uma proposta pedagógica diferenciada e aqui importa lembrar que deve-se, primeiramente, ter presente a concepção de educação do campo, suas finalidades e princípios básicos, como forma de caracterizar este espaço de atuação de toda a equipe, mas principalmente do professor, pois o próximo ponto é desenvolver uma educação que assuma a identidade do povo do campo, respeitando seu modo de vida, sua dinâmica social e acolhendo seus saberes e experiências no processo pedagógico.

O Currículo da Educação Infantil da EMMCA, busca assegurar a formação humana da criança, sendo que o desenvolvimento dos eixos da Base Nacional Comum deve ser pautado nas brincadeiras e na interatividade. O caderno 3 da Proposta Pedagógica da Rede municipal de Coronel Fabriciano, que trata do desenvolvimento das crianças e das dimensões da formação humana, aponta para a necessidade da escola, de se considerar o trabalho com as crianças com deficiência. Conforme Mantoan (2009), é necessário que escola e família sejam grandes parceiras no acompanhamento a crianças e jovens com deficiência a fim de que se garanta uma inclusão pautada em direitos e oportunidades educativas e formadoras.

Conforme preconizado por Vygotsky (1998), a Educação Infantil busca e considera o que as crianças sabem fazer sozinhas e o que são capazes de fazer de acordo com o seu nível de desenvolvimento e com o apoio de educadores e de crianças mais experientes. No que diz respeito ao domínio socioafetivo, Constance Kamii (1991), reportando a Piaget, descrevem três princípios de ação: Encorajar a criança a tornar-se progressivamente autônoma frente aos adultos, a interagir e a resolver seus conflitos, a ser independente e curiosa, a tomar iniciativa no prosseguimento dos seus interesses,

ter confiança na sua capacidade de fazer uma ideia própria das coisas, a exprimir suas ideias com convicção, acabar com seus medos e suas angústias de maneira construtiva e a não se desencorajar facilmente.

2.2.1 - EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL

Regulamentada através da Resolução 01/10, baseada também no artigo 34, da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, que determina a progressiva ampliação do período de permanência na escola, e da adesão do município ao Programa Mais Educação instituído pela Portaria Normativa Interministerial, Nº 17 de 24 de abril de 2007, coordenado pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad). Visa fomentar a educação integral a duzentos e trinta e um (231) alunos na faixa etária de seis a dezesseis anos com a oferta de diversas oficinas voltadas para a melhoria da qualidade de vida, do resgate e suporte ao pedagógico, da sustentabilidade e promovendo o acesso à atividades que na localidade seriam difíceis de acontecer se não fosse pela escola, é o espaço onde o educando reconhece e fortalece os modos como sua comunidade nomeia o mundo, festeja, canta, dança e conto de histórias, o que está de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990 (BRASIL, 2010). Os recursos financeiros necessários ao seu desenvolvimento, são disponibilizados ao município mediante adesão aos Programas por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE e do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, instituído pela [Lei no 11.947, de 16 de junho de 2009](#), (Portal do MEC, 2008)

2.2.2 - ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

A Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394 de 20 de dezembro de 1996, em seu artigo 58, refere-se à Educação Especial como, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com necessidades especiais e estas também estão resguardadas pela convenção da Guatemala (que é muito clara ao dizer que não podemos diferenciar uma pessoa por uma deficiência e ou dificuldade e, se temos que fazê-lo, que seja para incluí-la e não por uma questão meramente filosófica, solidária ou por compaixão, mas sim por uma questão de direito.

A EMMCA, tem em seu quadro, uma quantidade significativa de alunos que apresentam algum tipo de dificuldade, seja por alguma deficiência ou distúrbio psicossocial e que em alguns casos já foram diagnosticados como sendo casos para o atendimento clínico especializado. Percebe-se que a falta de preparo dos pais e parentes para lidarem com a situação, contribui em muito para que a válvula de escape acabe sendo a escola que por sua vez se vê muitas vezes, despreparada diante da grande demanda que vem se apresentando.

3 – CURRÍCULO

Etimologicamente a palavra *currículum* vem do latim e significa “pista de corrida”. As questões discutidas pelas teorias do currículo são questões relativas ao que essa pista deve ter para nos tornarmos os seres humanos desejados por determinada formação social. Ou seja, o que devemos aprender para a nossa formação.

De forma ampla ou restrita, o currículo escolar abrange as atividades desenvolvidas dentro da escola. E, segundo César Coll, "as atividades educativas escolares correspondem à idéia de que existem certos aspectos do crescimento pessoal, considerados importantes no âmbito da cultura do grupo, que não poderão ser realizados satisfatoriamente ou que não ocorrerão de forma alguma, a menos que seja fornecida uma ajuda específica, que sejam exercidas atividades de ensino especialmente pensadas para esse fim. Existem muitas classificações quanto aos tipos de currículo segundo a concepção de sociedade, conhecimento e homem que se quer formar. Essas concepções têm relação com a forma que lidam com as questões relativas ao poder e ao sujeito no processo de ensino aprendizagem.

A Proposta Pedagógica da EMMCA está fundamentada na LDBEN, nas orientações curriculares nacionais, nas diretrizes operacionais para escolas do campo e nas demais normas vigentes aprovadas pelo Conselho Municipal de Educação do Município. Considera o aluno como pessoa, que aprende na vida social e no espaço escolar, que tem potencialidade e necessidade de interagir e de refletir sobre a diversidade do conhecimento humano. Nessa perspectiva, a organização de métodos de ensino parte do diagnóstico feito pelo professor, dos conhecimentos organizados dos componentes curriculares e dos domínios prévios dos alunos. Isso requer do professor o desenvolvimento de certa sensibilidade para romper com os estereótipos e pré-modelos, veiculados pela sociedade ou mesmo pela comunidade escolar, que padronizam categorias de alunos, seja pela faixa etária, seja pela origem étnica ou sociocultural, aqui especificamente, com alunos de zona rural.

As Diretrizes Operacionais para a Educação Básica no Campo retrata que a identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país. (Resolução CNE/CEB 1/2002).

Em se tratando do Currículo de escola rural, a localização e caracterização da clientela assistida deve ser levada em conta e “além da conta”, principalmente devido ao histórico social vinculado ao homem do campo e sua formação. Conforme Molina (2004), a educação rural em suas correntes mais conservadoras ignora a realidade que se propõe a trabalhar, teve origem no pensamento latifundista empresarial, de controle político sobre a terra e aqueles que nela vivem e trabalham. Essa educação

incorpora princípios e valores desvinculados da cultura e da familiaridade que os sujeitos sociais do campo possuem do solo, da água, da floresta das culturas de cultivos e da pesca, enfim, desta convivência humana com a natureza e com os outros seres humanos.

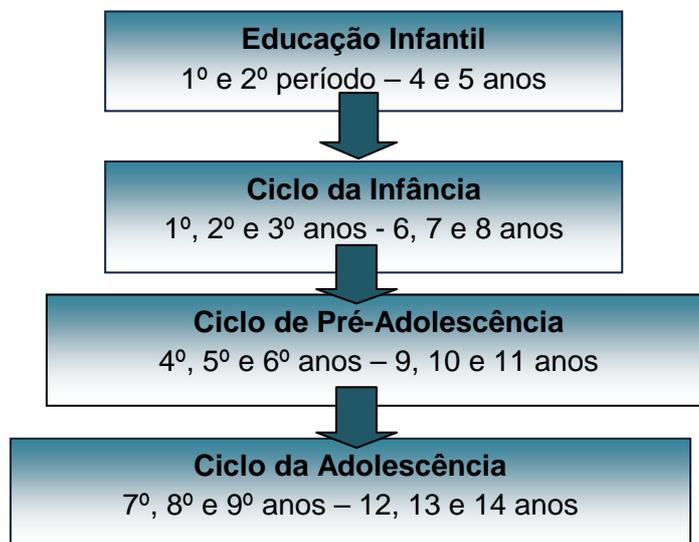
Nesse sentido é importante salientar que a EMMCA não busca se prender a um método específico, mas sim, a uma concepção de educação voltada para uma linha de pensamento e ação que seja identificada com o tipo de sujeito que quer formar, o tipo de ser humano que acredita, ou seja, busca refletir de modo crítico-dialético suas concepções filosóficas, antropológicas, psicológicas e sociais, afinal, é a linha de ação da escola que vai fazer com que esse ambiente rompa com as mazelas tradicionais do ensino bancário e passe a ser uma via de mobilização social em prol de uma educação dialética que tem como foco central a libertação intelectual dos seus sujeitos. Uma educação calcada em estratégias de ensino que perpetuam a servidão, o conteudismo e a desvalorização das experiências pessoais não pode ter lugar numa sociedade que prima pela equalização e valorização das diferenças.

Pensar o Currículo significa portanto, orientar a inclusão de todos os aspectos básicos, que envolvem os fundamentos filosóficos e sociopolíticos da educação e os marcos teóricos que a concretizam na sala de aula. Destaca-se, ainda, a obrigatoriedade de inclusão dos conteúdos referentes à História e à Cultura Afro-Brasileira e Indígena, Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, que devem ser ministrados no contexto de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Arte, Literatura e História Brasileira, o conteúdo que trate dos direitos e deveres das crianças e dos adolescentes, preconizados pela Lei nº 11.525, de 25 de setembro de 2007, que acrescenta o § 5º ao Art. 32 da Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 2006, dentre outros temas que são desenvolvidos transversalmente por todos os componentes curriculares. O Ensino Religioso, regulamentado pela Lei nº. 9.475, de 22 de julho de 1997, que dá nova redação ao Art. 33 da LDB, compõe a Parte Diversificada do Currículo sendo assegurado o respeito à diversidade cultural e religiosa, vedadas quaisquer formas de proselitismo e buscando focar os princípios e valores morais e sociais. Assim, conforme Regimento Escolar, para a organização curricular são observadas as seguintes diretrizes:

- a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres, de respeito ao bem (público, individual e privado) e à organização social;
- Considerar as condições do educando no que diz respeito a: oportunidades de escolaridade, tempos humanos, individualidades e seus limites dentro da unidade escolar;
- Promoção a práticas desportivas educacionais formais e às não-formais, através das atividades complementares;
- Orientação para o trabalho e formas de avaliação;

4 - TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

O Ensino Fundamental, na EMMCA, apresenta a seguinte estrutura:



No início do ano letivo, na semana destinada à organização da escola, onde são realizadas as reuniões administrativas e pedagógicas, define-se junto ao coletivo de professores as enturmações para o ano. O referencial de análise são as atas dos Conselhos de Classe por etapa, os perfis das turmas, relatórios e fichas individuais dos alunos. Ressalta-se que quando possível e de acordo com as normas da SMEC, a organização do ano posterior é feita no final de cada ano. A aplicação de diagnósticos iniciais, é critério inicial de avaliação do aluno e após a constituição da turma, traça-se um novo perfil e os professores de áreas e regentes, elaboram os planejamentos visando sanar as dificuldades de aprendizagem detectadas e possibilitar o alcance de melhores resultados no decorrer das etapas letivas.

A EMMCA busca aplicar no ato de enturmação, observar a faixa etária e o desenvolvimento cognitivo e o ciclo de formação humana que apresenta a estrutura acima citada. O planejamento anual é realizado com a participação da SMEC, mas o mesmo é reavaliado e reorganizado a cada início de etapa, de acordo com as modalidades de ensino ofertadas (Educação Infantil, Ensino Fundamental, AEE e Educação Integral). Com todas as turmas é retirado os combinados referentes aos aspectos da organização da escola, comportamentos, direitos e deveres, incluídos os constantes no Regimento Escolar que são entregues a todos na forma de informativo anual. Os espaços destinados às atividades curriculares apresentam a seguinte organização:

Espaços	Como funciona?
Biblioteca	<ul style="list-style-type: none"> • Empréstimos de acervo à comunidade local; • Atendimento a ex alunos para pesquisa • Projetos de leitura e aulas de literatura • Reuniões de pais, professores e Conselheiros; • Exibição de filmes e vídeos
Quadra	<ul style="list-style-type: none"> • Aberta à comunidade às noite e finais de semana; • Atividades com os alunos da Educação Integral e

Cozinha	<p>Programa Segundo Tempo.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento de atividades culturais. • Funcionamento integral • Cardápio diversificado e atendendo às especificidades da localidade rural; • Acompanhamento da equipe de nutricionista in loco – 01 (uma) vez ao mês; • Empréstimo à comunidade local, participante de associações de moradores, religiosas e clubes, para eventos anuais.
Refeitório	<p>Lanche e almoço a todos os alunos da escola e funcionários;</p>
Laboratório de informática e Mesa Alfabeto	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento de atividades pedagógicas e culturais. • Atende os alunos do Ensino Regular com os Programas Virtus Letramento destinado aos alunos a partir do 4º ano e a Educação integral com a oficina de Informática;
Galpão	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento das atividades da Educação Integral: Artesanato Regional, Karatê, Danças, flauta e Violão e Campos do Conhecimento – de acordo com horários e planejamento e reuniões de pais;

A SMEC oferece durante todo o ano, a formação em serviço através de cursos de capacitação, seminários, palestras e oficinas. O ano escolar compreende três etapas: 1ª - fevereiro a maio, 2ª - maio a setembro, 3ª - setembro a dezembro.

A nomenclatura das turmas é feita de acordo com o ano/idade, ou seja, o tempo humano dos alunos. Ex>: Turma, 41 (4 anos), 51 (5 anos), 61 (6 anos) e assim por diante até chegar a última turma 141 (9º ano). Visando uma melhor interação entre as idades afins.

Matrícula e rematrícula

A matrícula é o ato formal que vincula o aluno a uma unidade escolar. O encaminhamento da população em idade escolar, ao Ensino Fundamental é formalizado por meio de cadastro escolar. O período para renovação de matrícula e matrícula de novatos é determinado no Calendário Escolar do referido ano.

Calendário Escolar – em anexo

O calendário escolar tem por finalidade a previsão dos dias e períodos destinados à realização das atividades curriculares no estabelecimento, sendo elaborado anualmente, pelos profissionais da escola e aprovado pelo Conselho Escolar, tem sua homologação e supervisão do cumprimento das atividades nele contidas feita pela SMEC, através do Núcleo de Organização Escolar – NOE. Adotam-se ações diversificadas e significativas para sanar dificuldades e permitir avanços no processo de aprendizagem. O trabalho com projetos é um dos instrumentos utilizados e permite a construção coletiva do conhecimento.

Por acreditar numa ação educativa comprometida em atender a todos os alunos, sem distinção, desenvolve-se na Escola, um trabalho voltado para a inclusão e vem sendo elaborada a partir de um estudo das características desse meio. Embora mais difíceis de serem concretizadas, elas não são utópicas e demandam inúmeras ações, dentre elas destacamos as seguintes:

- Atividades de lazer (campeonatos de futsal e xadrez, aulas-passeio à cachoeira, mirantes e adjacências) visando envolver professores e alunos;
- Hora cívica como determina a [Lei de nº 12.031, de 21 de setembro de 2009](#) que visa estimular a noção de patriotismo, cidadania e civismo entre crianças, adolescentes e jovens.
- Parcerias junto à Polícia Militar, Conselho Tutelar, Secretaria de assistência Social e de Saúde para desenvolver ações educativas e pedagógicas junto à alunos e famílias;
- Eventos que visam resgatar a cultura da marujada como forma de orgulho e sentimentos de pertença;
- Trabalhar a inclusão de todos os educandos, professores e funcionários no contexto da Escola, respeitando as diferenças individuais e o convívio coletivo
- Realização do Pré Conselho de Classe com alunos representantes das turmas e após o término de cada etapa letiva;
- Apreciação de leituras de alunos por meio de atividades de conto e reconto, auditórios semanais e inseridos nos projetos de literatura da escola;
- Aplicação de avaliações para fins de reclassificação aos alunos aptos à promoção, conforme artigo 109 do Regimento Escolar da EMMCA.
- Eleição do líder e vice líder das turmas, com o objetivo de servir de melhorar e/ou corrigir distorções no relacionamento professor e aluno coordenação pedagógica e direção e escolha do professor coordenador da turma;
- Realização de reuniões pedagógicas e encontros de pais ao término de cada etapa letiva, de acordo com eventos previstos em calendário e quando a unidade julgar necessário.

Fluxo Escolar

A EMMCA, passou a desenvolver, sob orientação e planejamento da SMEC o Programa Tempo de Acelerar em setembro de 2011 visando a correção de fluxo escolar, a erradicação do abandono e da desistência dos alunos no âmbito escolar bem como diminuir a defasagem escolar entre adolescentes e jovens com mais de três anos de atraso em sua escolaridade. O projeto pauta-se no que está contemplado na Constituição da República Federativa do Brasil, no Art. 206, inciso I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº. 9394/96, Artigo 24, inciso V, alínea b – possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar; e, ainda, no atendimento que está previsto no Plano Nacional de Educação (PNE) para o Ensino Fundamental: “Regularizar o fluxo escolar reduzindo em 50%, em

cinco anos, as taxas de repetência e evasão, por meio de programas de aceleração de aprendizagem...” e na Instrução Normativa Nº 002/12 de 08 de fevereiro de 2012.

A experiência tem demonstrado que um projeto com o objetivo de “acelerar a aprendizagem’ e corrigir o fluxo, só se justifica quando atende às reais necessidades dos alunos, mediante o levantamento de suas aprendizagens prévias na proposição de situações desafiantes e de conteúdos acertados e registro e análise de sua produção, de modo a tornar a avaliação da aprendizagem um processo contínuo de acompanhamento e intervenção para ajudá-los a entender sua dificuldade e a vencer os obstáculos. Nesse processo, Sampaio (2000, p.63) define:

Será preciso considerar os avanços que os alunos já conquistaram e também criar nexos entre sua bagagem cultural e os novos saberes, para que, partindo daquilo que apresentam de avanços e dificuldades na aprendizagem, atinjam novos patamares de aproveitamento escolar. Recompondo-se o processo de aprendizagem desses alunos, instala-se a confiança na capacidade de superar problemas escolares, o que será instrumento precioso para promover sua autoestima, seguidamente rebaixada no percurso anterior. Sua aprendizagem efetiva será também o parâmetro para que o professor possa, por meio da avaliação, dosar e organizar a seqüência do ensino, sabendo como ajudar, para onde ir e aonde chegar, a fim de que todos possam prosseguir com segurança em seu retorno às classes comuns

5 – PROCESSOS DE DECISÃO

A LDB (Lei nº 9394/96), em seu art.12 & I, art. 13 & I e no art. 14 & I e II, estabelece orientação legal de confiar à escola a responsabilidade de elaborar, executar e avaliar seu projeto pedagógico. A legislação define normas de gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios estabelecidos pelo art.14:

- I. participação dos profissionais de educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;*
- II. participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares Equivalentes;*

Com o objetivo de destacar a descentralização da gestão educacional e o fortalecimento da autonomia da escola e garantir a participação da sociedade na gestão criou-se o Conselho Escolar que atua efetivamente na EMMCA desde maio de 1999, com base na LDB 9394/96 e em conformidade com as normas do Conselho Municipal de Educação e da Secretaria Municipal de Educação e Cultura tem em suas atribuições a função de referendar a Proposta Pedagógica, construída em consonância com o regimento escolar aprovados para a rede municipal de ensino do município, bem como acompanhar a sua execução. A Caixa Escolar viabiliza a utilização dos recursos financeiros, observando os instrumentos legais vigentes e sua constituição e organização encontram-se expressas em Estatuto próprio que define as prioridades em parceria com o Conselho Escolar, aplica os recursos de acordo com o plano aprovado e observação das instruções, compõe o processo de prestação de contas, submete o processo de prestação de contas à análise do Conselho Fiscal e encaminha a prestação de contas ao setor Financeiro da Prefeitura Municipal.

O Conselho Escolar tem peso de decisão enquanto órgão máximo da instituição, de caráter deliberativo, avaliativo e fiscalizador e é constituído pelos seguintes segmentos: Diretor e Vice, professores, Auxiliar Técnico, Auxiliares de Serviços, alunos, pais ou responsáveis. O mandato da equipe eleita tem duração de um ano podendo ser estendido por mais um ano. Tanto quanto o Conselho Escolar, o Conselho de Classe é uma instância criada para garantir a representatividade, a legitimidade e a continuidade das ações educativas. É também um espaço interdisciplinar, uma vez que aglutina professores de diversos componentes curriculares, assumindo caráter deliberativo quando se refere ao processo didático. A avaliação desenvolvida ao longo do conselho de classe expressa os objetivos da escola como um todo e no interior da sala de aula como avaliação do processo didático e conseqüentemente um excelente lugar para o exercício da participação mediado pelo diálogo que visa ao envolvimento de todos no processo educativo da escola, (MEC, 2004).

6 – RELAÇÕES DE TRABALHO

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN's a relação educativa é uma relação política, que se define na vivência da escolaridade, desde sua estrutura escolar até suas relações com a comunidade, os trabalhadores da educação no interior da escola, na distribuição de responsabilidades e poder decisório, nas relações entre professor e aluno, no reconhecimento dos alunos como cidadãos. As relações de trabalho visam assegurar um espaço coletivo para estudos, reflexões e debates acerca de quaisquer aspectos que remetam à organização da EMMCA, através das seguintes ações:

- O Planejamento Pedagógico ocorre antes do início do ano letivo e durante este período, são realizados seminários, palestras, cursos e oficinas, geralmente oferecidos pela SMEC e, posteriormente, a sistematização das propostas de trabalho por área de conhecimento e de maneira interdisciplinar na própria unidade. Realiza-se também o planejamento das atividades por etapa que são redimensionadas a partir do perfil final da turma, a fim de que se estabeleçam as flexibilizações necessárias. Estão envolvidos neste processo professores, coordenadores e direção.
- As reuniões com os pais ocorre de forma sistemática e prioritariamente nas primeiras semanas do ano letivo onde a escola apresenta o projeto pedagógico aos pais em reuniões organizadas por modalidade de ensino/etapa, da educação infantil ao ensino fundamental. E a cada etapa letiva, para entrega dos resultados, que se constituem em momentos de suma importância, durante os quais coordenadores pedagógicos e da Educação Integral juntamente com professores de turma e monitores das Oficinas, entregam e discutem as avaliação dos alunos e recebem informações dos pais sobre o desenvolvimento dos mesmos.

A convivência democrática na escola supõe diálogo, ação cooperativa e participação ativa de toda a comunidade escolar na busca por soluções e encaminhamentos para os conflitos cotidianos e a construção de valores de ética e de cidadania. A Lei de Diretrizes e Bases – LDB de 1996 dá abertura para que a escola exerça sua autonomia e elabore suas próprias normas de gestão democrática.

Contudo, não podemos esquecer que o convívio democrático na escola é um processo desafiador que deve ser construído a cada dia, envolvendo todos os

profissionais e toda comunidade. Não se pode perder de vista que a construção e o desenvolvimento da convivência democrática faz parte de um processo, e não algo que se implanta aleatoriamente, dependendo assim, de intervenções socializadas e bem planejadas.

As normas de Convivência visam a busca por uma educação e uma relação de qualidade onde todos os envolvidos, se sintam acolhidos, situados e respeitados. Amparados nesta afirmação, a EMMCA, baseando-se no seu Regimento Escolar e nos encontros pedagógicos busca estabelecer normas disciplinares e comportamentais adequadas ao ambiente escolar mediante a entrega, leitura e discussão do “Informativo do Aluno”, feito no início de cada ano letivo e que se constituem na observância dos direitos, deveres e proibições dos educandos e a organização pedagógica da Unidade. Escola e família, são instituições que não podem caminhar de forma indissociáveis pois uma depende da outra para alcançar seu maior objetivo, que é buscar meios para que o educando/filho aprenda, compartilhe, pesquise, se forme e caminhe rumo a um futuro melhor. Propiciar momentos de encontro da família com a escola é ampliar e solidificar esta importante relação.

Conforme o Art.53 do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), “A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa”. Pensar neste âmbito é portanto, ampliar possibilidades de um convívio equilibrado e harmonioso entre pais, filhos/alunos e escola e se converte numa determinação conjunta e na oferta de uma experiência construtiva, que torne a criança, o adolescente e o jovem, pessoas melhores, tanto em relação aos conhecimentos escolares, quanto aos valores e princípios que nortearão a sua conduta.

7 – AVALIAÇÃO

A avaliação é um elemento indissociável do processo educativo, que possibilita ao professor definir critérios para replanejar as atividades e criar novas situações que gerem avanços na aprendizagem do aluno. Tem como função acompanhar, orientar, regular e redirecionar o trabalho educativo. Estudos contemporâneos nos remetem à ideia de que a avaliação é um processo interativo de ação e de reflexão, entre educadores e educandos, seguido ou não de intencionalidade e que envolve juízo de valor. Nesse sentido, Joel Martns (apud Hofman, 1997, p. ????) afirma:

A avaliação é a reflexão transformada em ação. Ação essa que nos impulsiona a novas reflexões. Reflexão permanente do educador sobre sua realidade e acompanhamento passo a passo do educando, na sua trajetória de construção do conhecimento.

A avaliação, portanto, deve estar a serviço da aprendizagem, cujo objetivo é a melhoria das práticas educativas e sua constante qualificação, possibilitando identificar problemas, encontrar soluções e corrigir rumos. Cabe ao professor manter uma postura questionadora, transformando a reflexão em ação, desenvolvendo um processo interativo, no qual professor e aluno aprendem sobre si mesmos e sobre a realidade da instituição educacional.

Mesmo reconhecendo a importância das muitas concepções e práticas distintas acerca do que significa avaliar, a EMMCA adota, a avaliação formativa por considerar esta uma avaliação que leva em conta diferentes linguagens e estilos de aprendizagem, dá tratamento didático aos “erros”, considerando-os como informações diagnósticas, e inclui todas as atividades realizadas. Nesse sentido, a avaliação assume uma característica dinâmica no processo educativo - é impulsionadora da aprendizagem do aluno e também promotora da melhoria do ensino.

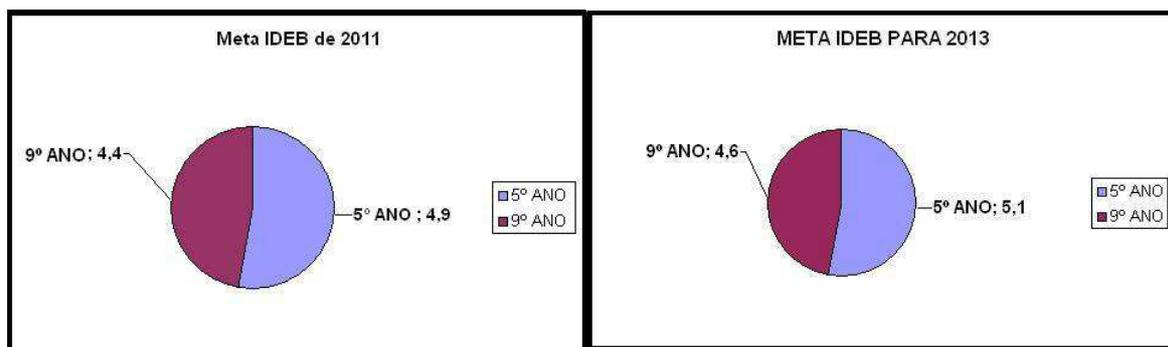
Conforme deliberado pela SMEC, a EMMCA, aplica, no mínimo três avaliações por etapa letiva, sendo duas parciais e uma globalizante. Cada avaliação tem o valor de 100% (cem por cento), e validados conforme resultados obtidos pelos alunos, assim registrados: **A**: de 100% a 90% - obteve ótimo desempenho, **B**: de 89% a 70% - obteve bom desempenho, **C**: de 69% a 60% - obteve desempenho satisfatório, **D** abaixo de 60% - não obteve desempenho satisfatório. Sendo objetos de avaliação os seguintes critérios: atitudes e valores éticos, compromisso/assiduidade, criatividade/criticidade, participação da família, desempenho nas Atividades.

Em conformidade com os objetivos expostos no Regimento escolar e diretrizes da SMEC, a avaliação institucional interna implica em medir constantemente, a satisfação dos pais do educando, docentes e comunidade escolar.

Enquanto instrumentos podemos citar: Avaliação Diagnóstica, Instrumental Investigativo Discente, Avaliação de Desempenho dos Servidores e Avaliação institucional externa que são: Prova Brasil, Simave e Proalfa. Os resultados são discutidos pelos profissionais da escola que, buscam elaborar projetos específicos para sanar as dificuldades apresentadas pelos alunos e posteriormente repassados para os educandos e familiares, apresentando as estratégias necessárias ao alcance do nível de aprendizagem ideal.

Segundo dados do Ministério da Educação 4,2 milhões de alunos brasileiros do Ensino Básico (15% do total) apresentam um Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB que

não reflete, de fato a qualidade de sua aprendizagem, pois eles estudam nas 88 mil escolas rurais do país (45% do total). Apesar das inúmeras dificuldades “ainda” presentes na educação ofertada no campo como: a formação de professores, a infra-estrutura, a transporte e a oferta de material didático adequado à realidade no campo, que fazem cair o nível de aprendizagem dos alunos, o MEC definiu que a partir de 2011 as escolas do campo participariam da avaliação da Prova Brasil. Assim, pela primeira vez, os alunos do 5º e 9º anos da EMMCA participaram da Prova Brasil, obtendo o significativo resultado, como se verifica nos gráficos que seguem:



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola como uma instituição social voltada para a educação do cidadão, tem como objetivos principais a sua instrução e a sua formação e considerando que é do interesse da sociedade que seus cidadãos sejam educados, instruídos e formados, e que esta é a principal função da escola, administrá-la de modo eficiente e eficaz é uma das condições para que cumpra o seu papel. E para que a escola, realmente, alcance os seus objetivos, é de fundamental importância que a construção e o acompanhamento do projeto político-pedagógico estejam alicerçados em uma administração participativa, coletiva, em que as decisões sejam democratizadas e que o seu processo de avaliação e revisão seja uma prática coletiva constante, como oportunidade de reflexão para mudanças de direção e caminhos.

Entende-se que uma vez formulado e conhecido o problema a sua solução está posta, ou seja, a própria escola possui as suas forças transformadoras, os seus agentes sociais, econômicos, políticos que podem impulsioná-la para uma gestão eficiente e eficaz, alcançando os seus objetivos especificamente pedagógicos/educacionais de forma significativa.

Justifica-se essa forma positiva de encarar o desafio da gestão escolar na frase de Marx: [...] a humanidade só se propõe as tarefas que pode resolver, pois, se considera mais atentamente, se chegará à conclusão de que a própria tarefa só aparece onde as condições materiais de sua solução já existem, ou, pelo menos são captadas no processo de seu devir. (MARX, 1985, p. 130). Como um ponto de reflexão importante para nós educadores, não se pode deixar de referenciar o poder transformador do conhecimento e da educação.

A escola não é apenas e tão somente a reprodução da sociedade, mas por meio dos seus movimentos, entendidos inclusive pela ação dos seus profissionais, pode quebrar com os paradigmas que anulam e engessam ideais. Essa é uma opção política de todo educador

REFERÊNCIAS

- ARROYO, M. G. Gonzalez. A escola do campo e a pesquisa do: metas. In: MOLINA, Mônica Castagna. Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão, Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006. p. 103- 116.
- _____. **Diretrizes Operacionais do Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica**, modalidade Educação Especial. Brasília, 2009.
- _____. **Declaração de Salamanca** e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: CORDE, 1997. 2ª ed.
- _____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei n. 8.069/90 - Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Ministério da Justiça, D.O. de 16/07/1990, p. 13563 1990.
- _____. MEC. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei 9.394/96 - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, Ministério da Educação e do Desporto - MEC, D.O. de 23/12/1996, p. 27833, 1996.
- _____. *Constituição da República Federativa do Brasil*. 1988.
- _____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais (PCNs): introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília, 1997.
- _____. **Educação para todos: o compromisso de Dakar**. Brasília: UNESCO, CONSED, Ação Educativa, 2001.
- _____. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. v. 1. Brasília, 2001.
- In: Kolling, Edgar Jorge e outros (Orgs.) Educação do campo: identidade e Um projeto político-pedagógico para... - Ilma Ferreira Machado 218 políticas públicas, 2002 (Coleção por uma educação do campo, Nº 4)
- CORONEL FABRICIANO, Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de educação e Cultura. **Atlas Escolar** – Histórico, Geográfico e cultural do município de Coronel Fabriciano - MG, 2011.
- _____. **Plano Municipal Decenal de Educação** – 2006 – 2015, Coronel Fabriciano, MG, 2006.
- CURY, C.R.J. **O direito à educação**: um campo de atuação do gestor educacional da escola. Apostila. Inédito.
- HOFFMANN, J.M.L. **Avaliação** – mito e desafio. Porto Alegre: Mediação, 1997.
- KAMII, Constance e DEVRIES, Rheta. Jogos em Grupo na educação infantil: implicações da Teoria de Piaget. Tradução: Marina Célia Dias Carrasqueira. São Paulo: Trajetória Cultural, 1991.
- MANTOAN, M.T.E. Atendimento educacional especializado: o que é? Por que? Como fazer?. São Paulo: Moderna, 1999.
- MARX, K. Para a crítica da economia política. In: Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

[MEC/SEB. Conselhos Escolares: Uma estratégia de Gestão Democrática da Educação Pública. Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares. Brasília: MEC/SEB, Novembro de 2004.](#)

MUNARIN, Antônio. Elementos para uma política pública de Educação do Campo. In:

PISTRAK. M. M. Fundamentos da escola do trabalho. 2ª ed. São Paulo:

Expressão Popular, 2002.

REGIMENTOESCOLAR da Escola Maria da Conceição Ataíde, Coronel Fabriciano - MG, 2011.

RESOLUÇÃO SMEC de 01 de FEVEREIRO de 2010. Institue o Programa de Educação Integral em Tempo Integral, altera o projeto de Educação Integral em Tempo Integral e estabelece normas para o seu funcionamento.

RESOLUÇÃO CNE/CEB 1, DE 3 DE ABRIL DE 2002. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.

SMEC - Secretaria Municipal de Educação e Cultura. **Educação da Infância : proposta pedagógica da rede municipal de Coronel Fabriciano** – Coronel Fabriciano, 2011.

_____. Caderno 1. Os sujeitos da educação da Infância, 2011.

_____. Caderno 2. Indagações das práticas pedagógicas : os sujeitos e os contextos de formação, 2011.

_____. Caderno 3. Desenvolvimento das crianças e dimensões da formação humana, 2011.

VYGOTSKY, L. S. & LURIA, A. R. & Leontev, A. N. Linguagem, Desenvolvimento e Aprendizagem.

São Paulo: Ícone, 1988.

ANEXOS

ANEXO 1 - MATRIZ CURRICULAR DA EDUCAÇÃO INFANTIL

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA Unidade Escolar: EM Maria da Conceição Ataíde					
Eixos Curriculares		Períodos			
		1º		2º	
		AS	CHA	AS	CHA
Formação Pessoal e social	IDENTIDADE E AUTONOMIA	3	120:00	3	120:00
CONHECIMENTO DE MUNDO	LINGUAGEM ORAL E ESCRITA	4	160:00	4	160:00
	ARTES	2	80:00	2	80:00
	CONHECIMENTO LÓGICO-MATEMÁTICO	3	120:00	3	120:00
	MOVIMENTO	5	200:00	5	200:00
	LITERATURA	1	40:00	1	40:00
	NATUREZA E SOCIEDADE	2	80:00	2	80:00
TOTAL DE AULAS SEMANAIS		20	800:00	20	800:00
INDICADORES FIXOS					
Nº de dias letivos anuais: 200 Nº de dias letivos semanais: 05 Nº de semanas letivas: 40 Intervalo para recreio: 15 minutos					

ANEXO 2

MATRIZ CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIES INICIAIS

COMPONENTES CURRICULARES		CICLO DA INFÂNCIA						CICLO DA PRÉ-ADOLESCÊNCIA			
		6 anos		7 anos		8 anos		9 anos		10 anos	
		1º ANO		2º ANO		3º ANO		4º ANO		5º ANO	
		AS	CHA	AS	CHA	AS	CHA	AS	CHA	AS	CHA
Base Nacional Comum	Língua Portuguesa	4	160h	4	160h	4	160h	4	160h	4	160h
	Artes	1	40h	1	40	1	40	1	40	1	40
	Geografia	2	80h	2	80h	2	80h	2	80h	2	80h
	História	2	80h	2	80h	2	80h	2	80h	2	80h
	Ciências	2	80h	2	80h	2	80h	2	80h	2	80h
	Matemática	4	160h	4	160h	4	160h	4	160h	4	160h
	Ed. Física	2	80h	2	80h	2	80h	2	80h	2	80h
	Ed. Religiosa	1	40h	1	40h	1	40h	1	40h	1	40h
Parte Diversificada	Informática	2	80h	2	80h	2	80h	2	80h	2	80h
SUBTOTAL		20	800h	20	800h	20	800h	20	800h	20	800h

ANEXO 3

MATRIZ CURRICULAR ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIES FINAIS

COMPONENTES CURRICULARES		CICLO DA PRÉ ADOLESCÊNCIA				CICLO DA ADOLESCÊNCIA			
		11 anos		12 anos		13 anos		14 anos	
		6º ANO		7º ANO		8º ANO		9º ANO	
		AS	CHA	AS	CHA	AS	CHA	AS	CHA
BASE NACIONAL COMUM	Líng. Portuguesa	4	160h	4	160h	4	160h	4	160h
	Artes	1	40	-	-	-	-	-	-
	Geografia	2	80h	2	80h	2	80h	2	80h
	História	2	80h	2	80h	2	80h	2	80h
	Ciências	2	80h	2	80h	2	80h	2	80h
	Matemática	4	160h	4	160h	4	160h	4	160h
	Ed. Física	2	80h	2	80h	2	80h	2	80h
	Ed. Religiosa	1	40h	1	40h	1	40h	1	40h
PARTE DIVERSIFICADA	L. E.Inglês	1	40h	2	80h	2	80h	2	80h
	Informática	1	40h	1	40h	1	40h	1	40h
SUBTOTAL		20	800h	20	800h	20	800h	20	800h

ANEXO 4

**MATRIZ CURRICULAR - PARA O ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS E FINAIS
- AMPLIAÇÃO DA APRENDIZAGEM**

MACROCAMPOS		COMPONENTES CURRICULARES	ANOS INICIAIS		ANOS FINAIS	
			CH S	CHA	CH S	CH A
ATIVIDADES COMPLEMENTARES	CAMPOS DO CONHECIMENTO	Letramento/Alfabetização Matemática Ciências História / Geografia	8	320	8	320
	CULTURA E ARTES	Danças Iniciação Musical/Flauta Doce Iniciação Musical /Violão Artesanato Regional Banda Fanfarra Marujada				
	ESPORTE E LAZER	Recreação e Lazer Futebol de Campo Futsal Tênis de Mesa Karatê PST - Programa Segundo Tempo	12	480	12	480
	COMUNICAÇÃO E USO DE MÍDIAS	Cine Clube				
	MEIO AMBIENTE	Canteiros Sustentáveis				
	INCLUSÃO DIGITAL	Informática e Tecnologia da Informação				
	Subtotal II			20	800	20
TOTAL GERAL			40	1.600	40	1.600

Indicadores Fixos:

Nº de dias letivos anuais: 200

Nº de dias letivos semanais: 05

Nº de semanas letivas: 40

Módulo aula - 60 minutos

Módulo recreio - 15 minutos

Total de aulas semanais: 20, sendo 16h em atividade com aluno e 4h de Coordenação

As atividades das escolas do campo são definidas pelo MEC e visam respeitar a característica rural.

A enturmação dos alunos será feita através de agrupamentos por interidade e nível de desenvolvimento dos educandos.

01 (uma) hora diária e 05 (cinco) horas semanais são destinadas a alimentação, saúde e atividades de relaxamento – no horário de 11h15 as 12h15.

ANEXO 5

ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DA EMMCA PARA O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

CONTEXTO FORMADOR	DIMENSÃO DO APOIO	AREAS DE CONHECIMENTO	INDICADORES DE AVALIAÇÃO
Família - Escola - Comunidade	Aspectos Cognitivos	Percepção	Capacidade para compreender o ambiente e reagir a ele adequadamente com base nos conhecimentos construídos; Capacidade de planejar e solucionar problemas e aplicação na atividade prática.
		Raciocínio lógico matemático	
		Organização do pensamento	
		Análise e síntese	
		Compreensão de ideias	
		Conhecimento do mundo e aprendizagem formal	
		Generalização de conhecimento	
	Comportamento adaptativo	Habilidades conceituais	Relacionadas aos aspectos acadêmicos, cognitivos e de comunicação. Ex: linguagem, leitura e escrita, conceitos matemáticos.
		Habilidades sociais	competência social Ex: habilidades interpessoais, responsabilidade, autoestima, observância de normas de conduta, regras e leis, evitar a vitimização.
		Habilidades práticas de vida autônoma e independente	Relacionadas à vida autônoma e independente: Ex: atividades de cuidado pessoal na vida diária, atividades instrumentais de vida, habilidades ocupacionais e segurança no ambiente.
	Formação da identidade pessoal social e cultural	Comunicação	Considera os contextos típicos de seu grupo etário consistentes com a diversidade cultural e linguística da pessoa, constituindo espaços que possibilitam sua participação, interações sociais e vivência de papéis sociais que refletem a quantidade e a qualidade de seu engajamento em seu ambiente e o exercício de sua cidadania.
		Participação	
		Interação	
		Vivência de papéis sociais	
		Expressão artística	
		Capacidade criadora	
		Exercício da cidadania	
	Funções Psicomotoras	Esquema corporal	Considera o desenvolvimento integral do ser, articulando corpo, movimento e mente, de forma a favorecer a comunicação e expressão de seus pensamentos, desejos e necessidades.
		Equilíbrio	
		Coordenação dinâmica geral	
Coordenação motora			
Orientação espaçotemporal			
Lateralidade			
OBSERVAÇÕES:			
Aspectos a serem observados:			
Planejamento individual e voltado às especificidades do aluno(a)			
Desenvolvimento de habilidades funcionais que estejam vinculadas à qualidade de vida.			
Adequação à idade cronológica.			
Prioridade ao ambiente natural do aluno para realização das atividades.			
Participação efetiva, no processo educacional, dos pais e dos profissionais que atendem ao aluno, visto			
que são eles quem melhor o conhecem e poderão identificar, com maior precisão, quais as habilidades que necessariamente deverão ser adquiridas.			
Interação com outros alunos nas atividades diversas, uma vez que são os colegas que proporcionam a entrada das crianças e dos jovens nas experiências normais de vida em seu grupo de idade.			
Os conteúdos são definidos de acordo com:			
Domínio – definição dos interesses, das necessidades e das potencialidades do aluno;			
Atividade – ação pedagógica para o desenvolvimento da habilidade.			
A carga horária semanal para o desenvolvimento das atividades funcionais, baseadas na Dimensão do Apoio, será definida no planejamento individual de cada aluno.			
Todos os alunos estarão inseridos nas atividades/Oficinas da Educação Integral, de forma a contemplar a			

ampliação de suas habilidades e sua inclusão no universo educativo-formador.

ANEXO 6

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO-SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
CALENÁRIO ESCOLAR - ANO 2012-**Escola Municipal Maria da Conceição Ataíde**

JANEIRO						
D	S	T	Q	Q	S	S
1#	2☼	3☼	4☼	5☼	6☼	7☼
8☼	9☼	10☼	11☼	12☼	13☼	14☼
15☼	16☼	17☼	18☼	19☼	20#	21☼
22☼	23☼	24☼	25☼	26☼	27☼	28☼
29☼	30☼	31☼				

1 – Confraternização Universal

L: 17 - FEVEREIRO- E:02						
D	S	T	Q	Q	S	S
			1•	2@	3	4
5	6	7	8≡	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20☼	21#	22☼	23	24	25
26	27	28	29			

21 - Carnaval

L:22 - MARÇO- E:01						
D	S	T	Q	Q	S	S
				1	2	3£
4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17
18	19	20	21	22	23	24
25	26	27	28	29	30	31

L: 18 – ABRIL- E: 01						
D	S	T	Q	Q	S	S
1	2	3	4	5☼	6#	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21#
22	23Æ	24Æ	25Æ	26Æ	27Æ	28
29	30☼					

6 – Paixão / 8 – Páscoa / 21 – Tiradentes

L:23 - MAIO- E:01						
D	S	T	Q	Q	S	S
		1#	2	3	4	5F
6	7	8	9	10	11	12
13	14	15▶	16β	17β	18	19
20	21®	22®	23®	24®	25®	26
27	28	29	30	31		

1 – Dia do Trabalho

L:20 – JUNHO- E: 00						
D	S	T	Q	Q	S	S
					1	2\$
3	4	5	6	7#	8☼	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30

7 – Corpus Christi

L: 17 - JULHO - E:01						
D	S	T	Q	Q	S	S
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14\$
15	16	17	18	19	20	21
22☼	23☼	24☼	25☼	26☼	27☼	28☼
29☼	30■	31				

L:22 - AGOSTO- E:01						
D	S	T	Q	Q	S	S
			1	2	3	4
5	6	7	8	9	10✕	11
12	13	14	15#	16	17	18£
19	20Æ	21Æ	22Æ	23Æ	24β	25
26	27®	28▶	29®	30®	31®	

15 – Assunção de Nossa Senhora

L:20 – SETEMBRO- E:01						
D	S	T	Q	Q	S	S
						1
2	3	4	5	6	7♥	8
9	10	11	12	13	14	15£
16	17	18	19	20	21	22
23/30	24	25	26	27	28○	29

7 – Independência do Brasil

L:18 - OUTUBRO - E:01						
D	S	T	Q	Q	S	S
	1	2	3	4	5	6
7	8☼	9☼	10☼	11☼	12#	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27£
28	29	30	31			

12 – Nossa Sr.ª Aparecida

L: 19 - NOVEMBRO- E-00						
D	S	T	Q	Q	S	S
				1	2#	3
4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15#	16☼	17
18	19Æ	20¥	21Æ	22Æ	23Æ	24
25	26§	27§	28§	29§	30§	

2 – Finados - 15 – Proclamação da República

L:05- DEZEMBRO- E: 02						
D	S	T	Q	Q	S	S
						1
2	3▶	4	5	6	7●	8£
9	10®	11®	12®	13®	14●	15
16	17☼	18☼	19☼	20☼	21☼	22☼
23/30	24/31	25#	26☼	27☼	28☼	29☼

25 – Natal

LEGENDA:		
● - Início e término do Ano Escolar	● - Reunião de Pais	# - Feriado
@ - Início e término do Ano Letivo	£ - Dia Escolar Coletivo	≡ - Aula Inaugural
▶ - Conselho de Classe/Replanejamento - (extraturno)	♥ - Feriado Letivo	\$ - Sábado Letivo/Festa Junina
■ - Formação Continuada/ Reunião Administrativa	® - Estudos de Recuperação	☼ - Férias/Recesso
F - Seminário da Família	¥ - Consciência Negra	§ - Matrícula/rematrícula
	Æ - Avaliação Global	○ - Mostra Cultural e de

N-Dia do Estudante/ Formatura 9º Ano		Ciências B- Início e término de Etapa
--------------------------------------	--	---------------------------------------

ANEXO 7**ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO PROJETO TEMPO DE ACELERAR**

<p>Unidade Escolar: EM Maria da Conceição Ataíde Etapa: Ensino Fundamental – Anos Finais Modalidade: Turmas de Aceleração de Aprendizagem Forma de Organização: Módulo Regime: Anual - Turno: Vespertino</p>			
PARTES DO CURRÍCULO	ÁREAS DO CONHECIMENTO	COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA SEMANAL
BASE NACIONAL COMUM	Línguas, Códigos e suas Tecnologias	Língua Portuguesa	6h
		Artes	
		Educação Física	
	Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias	Matemática	6h
		Ciências Naturais	
	Ciências Humanas e suas Tecnologias	História	2h
Geografia			
PARTE DIVERSIFICADA		Língua Inglesa	2h
CARGA HORÁRIA SEMANAL - (módulo aula)			16h
CARGA HORÁRIA DESTINADA A PLANEJAMENTO			4h
INTERVALO			15m

